

ÍNDICE

Prefácio	11
Os quatro pilares da democracia	31
Situação excelente, mas não desesperada	34
Pior é difícil	36
Ou troika ou PCP	38
O Parlamento não existe	40
Deixem-se de invenções!	42
A democracia é possível!	44
Queridas parcerias!	46
A justiça oculta	48
Governos paralelos	50
Heranças	52
Vencidos e vencedores	54
Ironias presidenciais	57
A orgia de Colónia	59
O papagaio da Fenprof	61
O que deve fazer o Presidente	63
Há fogo na floresta!	66
A disciplina contra a liberdade!	68
Refugiados e imigrantes na Europa	70
Refugiados e imigrantes: Portugal	72
Sem capital, mas com berreiro	75
O carrossel	77
Serviço e ambição	79
Moral e política	81
Terror!	83
Integração e multiculturalismo	85
Um país normal	87

O governo dos rapazes	89
A mentira mata!	91
Pais e filhos. E professores...	93
Um mundo maravilhoso	95
Paralaxe	97
A destruição de um país	99
Aniversários	101
Portugueses e Árabes	103
As sanções europeias	105
Os culpados	107
Perdas e danos	109
A deriva europeia	111
As dívidas da pátria	113
Às armas!	115
A pior crise	117
Elegia para a Europa	119
O Outono socialista	121
Liberdade e igualdade	123
Pobre património	125
Todos os anos, pelo Outono...	127
Pactos	129
As esquerdas e o dinheiro	131
As notícias na televisão	133
Esquerda, direita e vice-versa	135
O orçamento e o futuro	137
O jogo do rapa	139
Europa a mais!	141
Quem ganha perde	143
Os votos e os euros	145
Lições da América	147
O mundo que criámos	149
O tempo...	151
Não é final, mas é vitória...	153
Causas do não crescimento...	155
Responsabilidades	157
O espectro europeu	159
Prova dos nove...	162
A democracia, a ditadura e o divino	164
A luta e a paz	166
Um governo alterno	168
A culpa	170
O grande embuste	172

A grande reforma	174
Fora da Caixa	176
Todos iguais	178
<i>Titanic</i>	180
Utilidade pública	182
Nós e os Turcos	184
O segredo compensa	186
Mulheres batidas	188
Polícias e ladrões	191
Pobres jovens!	193
A Europa cercada	195
Justiça, senhores, justiça!	197
Os sonsos e os vilões	200
Acudam! Património à venda!	202
Súplica ao Senhor dos Aflitos	204
Quem deve teme	206
Caracas!	208
A obra-prima de António Costa	210
A liturgia democrática	212
Um Parlamento trivial	214
Rescaldo	216
Entrevistas	
Sem ir aos municípios não há reforma do Estado	221
Parte da elite política e dos partidos não quer acordos alargados	233
A democracia fundou-se com base na promessa eleitoral, no cabrito com batatas	249
Gostava de ver alguns ex-governantes e banqueiros presos	257
Houve alguma ingratidão na maneira como o PSD foi afastado	269
Perdi na vida política	285
Os meus gestos foram sempre de ruptura, de reviravolta, de recomeço	299
Nos últimos 20 anos o PS fez mais jeitos à direita do que eu	313
Eu não queria que a “geringonça” funcionasse	329



Prefácio

Quando, há vinte anos, editei, na Relógio D'Água de Francisco Vale, um livro de crónicas intitulado *Sem Emenda*, expliquei a origem do título. Tratava-se da garantia de que os textos incluídos no livro eram exactamente iguais aos publicados previamente em jornal, não tendo sido “actualizados” conforme as circunstâncias. Mas tentava ainda brincar com o termo. “Sem emenda” servia também para confessar que eu já era, naquela idade, incorrigível e que não procurava agradar a nenhum poder, político ou económico. Na altura, era também considerado um pessimista, um céptico relativamente à Europa, um descrente nas maravilhas da economia moderna, das novas possibilidades da técnica e da gestão. Acusado de nunca dizer bem das autoridades, dos dirigentes políticos ou dos empresários, afirmava eu que tal não era preciso: havia centenas ou milhares de assessores, adjuntos, conselheiros, consultores, jornalistas requisitados, empresas especializadas, técnicos de imagem, agências de comunicação e encarregados de relações com a imprensa que eram pagos e trabalhavam 24 horas por dia nisso mesmo, dizer bem dos chefes. Não é só dizer bem, claro, é também ter uma mensagem positiva, dar uma palavra de esperança, mostrar que se deve ter confiança no futuro, garantir que os nossos líderes têm causas e se esforçam por nós, que os partidos apenas se guiam pelo interesse nacional, que os bancos são essenciais ao desenvolvimento da economia e à criação de riqueza, que os sindicatos apenas defendem os interesses dos seus associados, que são evidentemente os interesses de todo o povo e do país inteiro! Pior ainda: a tarefa não é apenas a de elogiar os chefes e os superiores, trata-se sobretudo de “fixar a agenda”, determinar o que se deve dizer, aquilo de que se deve falar e o que deve ser ocultado. São tantas as pessoas especializadas e competentes, são tantos os profissionais e os

meios dedicados, que dá gosto uma pessoa ter tempo e liberdade para criticar e, na expressão deles, dizer mal. Mesmo a pedido, eu não mudaria. Naquela idade, era “Sem emenda”. Anos depois, este título serviu, desde 2015, para designar a minha coluna semanal do *Diário de Notícias*.

Os artigos reunidos nesta colecção datam dos dois últimos anos, de 2015 a 2017. Francisco Vale propôs-me acrescentar este volume à já longa lista de obras minhas que ele editou, oito ao todo. Agradeço-lhe a perseverança, já que a amizade não se agradece. Quero também agradecer a hospitalidade do *Diário de Notícias*, primeiro com André Macedo, Mónica Bello e Joana Petiz, depois com Paulo Baldaia e novamente Joana Petiz. Já tinha escrito regularmente neste jornal há mais de trinta anos, foi um prazer regressar. Neste volume, por sugestão de Francisco Vale, foram igualmente incluídas algumas entrevistas publicadas, nos últimos anos, em vários jornais. Agradeço aos respectivos jornalistas entrevistadores o trabalho que fizeram então e a disponibilidade para ver os seus textos reeditados agora.

Iniciei a minha colaboração no *Diário de Notícias* dias depois das últimas eleições legislativas. O PSD venceu, mas sem possibilidades de fazer governo sozinho nem com o CDS. Ainda tentou, sem êxito. Cumpriram-se as regras, mesmo se ainda não havia precedentes. Mas era necessário seguir o caminho constitucional. Entretanto, o PS preparava-se para a solução inédita: fazer governo com apoio parlamentar da extrema-esquerda, neste caso o PCP e o Bloco. A hipótese e, depois, a solução excitaram a opinião pública. Era a primeira vez que tal se fazia. As reacções, secamente desfavoráveis ou calorosamente simpatizantes, não se fizeram esperar. O Partido Comunista (e o Bloco também, mas era secundário nesta história) tinha sido, desde 1976 e pelo Partido Socialista, banido do governo e de qualquer possibilidade de lá chegar. O PS tinha-se afirmado na sociedade e na vida política portuguesa porque reagira ao PCP. A ideia de “fazer as pazes” arrepiava aos socialistas e aos seus eleitores. Quarenta anos depois, é o PS que o vai buscar, porque precisa dele, claro. E o PCP, que sempre recusara sequer a ideia de colaborar com este “partido de direita”, percebera há muito que tinha de aproveitar a primeira oportunidade que lhe surgia. E que talvez fosse também a última.

Utilizando uma argumentação clássica na política, isto é, inventando um inimigo ou uma força que deve ser contrariada, António Costa gabou-se de ter derrubado mais um muro de Berlim, como se esse muro tivesse sido construído por alguém, por outra pessoa ou outro